

ARTIGO

A marca da maldade brasileira, por Otaviano Canuto

LABORATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO ECONÔMICO

A economia e a indústria do Estado do Rio de Janeiro em 2000, por Victor Hugo Klagsbrunn

ARTIGO

Renan e os 500 anos, por José Murilo de Carvalho

ARTIGO

Por um lobby brasileiro junto ao novo governo norte-americano, por Mário Cordeiro de Carvalho Júnior

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

Como se desfigura o Orçamento!

EVENTO

**FÓRUM SOCIAL MUNDIAL
PÁG. 16**

Padrão de desenvolvimento industrial e tecnológico e o futuro da indústria

Em entrevista concedida ao **JE** o professor Fábio Erber (IE/UFRJ), analisa a visão atualmente dominante sobre o desenvolvimento, critica as

concepções neoliberais e apresenta fundamentos para de uma agenda positiva que implique na retomada do crescimento da economia



"MOÇAS COM POMBOS". DE CÍCERO DIAS, REPRODUÇÃO MNBA

páginas 8 a 10

JORNAL DOS ECONOMISTAS

ÓRGÃO OFICIAL DO CORECON-RJ,
IERJ E SINDECON-RJ

Diretor Responsável: Luiz Antonio Rodrigues Elias • **Conselho Editorial:** Luiz Antonio Rodrigues Elias, Adhemar Mineiro, Ronaldo Raemy Rangel, Renato Luiz Mello de Oliveira, Ricardo Bielschowsky, José Márcio Camargo, Márcio Henrique Monteiro de Castro, Marcelino José Jorge, José Clemente de Oliveira • **Edição:** Conselho Regional de Economia-RJ - Tel: (21) 232-8178 - Fax: (21) 509-8121 - E-mail: coreconrj@ax.apc.org - Home page: <http://www.economistas.com.br> • **Jornalista Responsável:** Beatriz Bomfim (MT 11916) • **Editoração Eletrônica:** Kátia Regina Fonseca, telefax (21) 508-7367 • **Fotolito e Impressão:** Tipológica, tel. (21) 509-3366 • **Tiragem:** 20.000 exemplares • **Periodicidade:** mensal • As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

**CORECON - CONSELHO REGIONAL
DE ECONOMIA DO RIO DE JANEIRO**

Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro, RJ - CEP: 20054-900 - Tel. (21) 232-8178 - Fax: (21) 509-8121 - E-mail: coreconrj@ax.apc.org - Home page: <http://www.economistas.com.br>

Presidente: Eduardo Mendes Callado
Vice-Presidente: Sidney Pascounto da Rocha

Conselheiros Efetivos: Eduardo M. Callado, João Paulo de A. Magalhães, Ronaldo Raemy Rangel, Reinaldo Gonçalves, Maria José Cyhlar Monteiro, João Manoel G. Barbosa, Sidney Pascounto da Rocha, José Clemente de Oliveira, Carlos Francisco T. M. R. Lessa. **Conselheiros Suplentes:** Enilse Leite Melo, Nelson Chalfun Homsy, Sandra M. C. Souza, Mauro Osório da Silva, Paulo Sérgio Souto, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, José Antonio Lutterbach Soares, Luiz Mario Behnken.

**SINDECON - SINDICATO DOS
ECONOMISTAS DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO**

Av. Treze de Maio, 23 - Grupo 1607/1608 /1609 - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20031-000 - Tel. (21) 262-2535 - Telefax: (21) 533-7891 e 533-2192 - E-mail: sindecon@sindecon.org.br - Home page: <http://www.economistas.com.br>

**IERJ - INSTITUTO DOS ECONOMISTAS
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20054-900 - Tel. (21) 509-1077 - Fax: (21) 509-8121 - E-mail: ierj@ax.apc.org - Home page: <http://www.economistas.com.br>

EDITORIAL

A retomada do desenvolvimento, no contexto atual, supõe muito mais que um compromisso firme com o crescimento econômico a altas taxas. Supõe sobretudo um compromisso renovado com o combate a pobreza, através de uma abordagem séria e objetiva do problema, em que 44 milhões de pessoas sobrevivem em condições extremamente precárias, com uma renda inferior a um salário mínimo (conforme dados da PNAD/97) e ainda, a implementação de políticas de geração de emprego, única condição compatível com as exigências de uma sociedade democrática. O crescimento é um dos instrumentos para atingir o pleno emprego, mas o pleno emprego deve ser um objetivo político em si, já que pode haver crescimento com desemprego.

Nos últimos anos no Brasil, sobretudo depois do Plano Real, generalizou-se a falsa idéia de que uma política de inspiração

keynesiana de promoção do pleno emprego é incompatível com a estabilidade de preços. Em razão disso, adotamos uma política monetária e uma política fiscal extremamente rígidas e restritivas, inibidoras do investimento e do consumo, e altamente punitivas dos setores produtivos internos, o que tem acentuado a nossa fraca competitividade e alta fragilidade externa.

A história dos países industrializados no pós-guerra é a evidência mais notável da compatibilidade entre crescimento econômico acelerado, levando a uma situação de pleno emprego, e a estabilidade de preços. O mesmo se verifica no crescimento norte-americano nos anos 90. O eixo central da política de pleno emprego passa necessariamente por rever as medidas de política monetária e fiscal atualmente em curso. Este é um dos grandes desafios do Brasil para a retomada do desenvolvimento. O modelo atual, ora de baixo ora de nenhum crescimen-

to, apenas atende aos interesses financeiros, gerando saldos para pagar o serviço da dívida externa e interna mediante contração do consumo e do investimento, o baixo crescimento e a generalização do desemprego.

Os atores políticos que agem com responsabilidade, concordam que 2001 precisa inaugurar uma agenda que incorpore de forma explícita a questão do desenvolvimento econômico e o enfrentamento das mazelas sociais. Pedir paciência a população ou tentar desqualificar o discurso daqueles que se insurgem contra o modelo excludente implantado, que fragiliza a economia, são posturas que começam a perder referência e que não se sustentam mais, fato verificado nas últimas eleições municipais. Neste número do JE apresentamos o tema da desigualdade e pobreza e uma entrevista que traça um panorama do padrão de desenvolvimento industrial e tecnológico vivenciado pelo país.

NOTA DO DIRETOR RESPONSÁVEL

Após longos anos de colaboração regular com o **Jornal dos Economistas**, dos quais, desde 1994, como diretor responsável estou deixando este cargo com a presente edição. Foram décadas de dedicação e de lutas, em que, o Movimento de Renovação dos Economistas no Rio de Janeiro soube fazer do **JE** um referencial importante na luta pelo desenvolvimento econômico e social do Brasil, e contra o neoliberalismo e o pensamento único regressivo. Nesse período marcamos importantes avanços na reflexão sobre a realidade brasileira. Aos que ajudaram a consolidação do **JE** como referencial de qualidade na difusão do pensamento crítico entre a categoria nossos sinceros agradecimentos.

PROGRAMA FAIXA LIVRE

RÁDIO BANDEIRANTES AM, 1360 MHz, no seu Dial

Apresentação Paulo Passarinho e Nilo Sérgio Gomes, de segunda a sexta-feira, das 07:30h às 09:00h. Um programa essencialmente direcionado à área política e econômica, levantando e respondendo questões dos profissionais de economia e da sociedade em geral. Produção: Sonia Toledo e Maria de Jesus.

220-1360 - LIGUE E PARTICIPE !

CAPA/ARTE

Cícero Dias, pintor brasileiro (Recife PE 1908). Transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde estudou por algum tempo na antiga Escola Nacional de Belas Artes. Começou a expor em 1927. Três anos mais tarde, viajou pela primeira vez para França, com bolsa de estudos, e nesse país, passou a residir a serviço do Itamarati, a partir de 1937, à exceção do intervalo da Segunda Guerra Mundial, quando esteve em Portugal e Brasil. Realizou no Recife, em 1948, o que alguns consideram a primeira manifestação de decoração mural abstrata na América do Sul. Possui obras em diversos museus nacionais, como o de Arte Moderna do Rio de Janeiro, e em coleções e galerias internacionais.

O **Jornal dos Economistas** reproduz serigrafia de Cícero Dias, *Moças com Pombos*, área impressa 44,8 x 27,5 cm, graças ao convênio firmado com o Museu Nacional de Belas Artes para publicações de gravuras do seu acervo e de artistas representativos. Foto de João Dias.

A marca da maldade brasileira

Desigualdade e pobreza no Brasil

Na abertura do XXVIII Encontro Nacional de Economia da Anpec, em dezembro, o IPEA apresentou alguns resultados recentes de suas pesquisas sobre a pobreza e a distribuição da renda no Brasil. Estes podem ser encontrados no livro "Desigualdade e pobreza no Brasil", organizado por Ricardo Henriques e lançado durante o Encontro.

O quadro descrito é aterrador. No ano passado, 14% da população brasileira fizeram parte de famílias com renda inferior à linha de indigência e 34% de famílias com renda abaixo da linha de pobreza. A linha de indigência corresponde à estrutura de custos de uma cesta alimentar, definida regionalmente, que cubra as necessidades de consumo calórico mínimo de um indivíduo, enquanto a linha de pobreza inclui um mínimo de outros gastos essenciais, como vestuário, habitação e transportes. O Brasil teve, em 1999, 53 milhões de pobres, dos quais 22 milhões de indigentes.

Esta imensidão de pobreza existe em um país cuja renda per capita não o permite ser considerado pobre, estando localizado, segundo esse critério, no terço mais rico do mundo. A renda do trabalho no Brasil corresponde a um terço daquela dos países industrializados. Mesmo assim, quando o país é comparado com outros não desenvolvidos, constata-se sua possibilidade de reduzir substancialmente o contingente de pobres. A concentração da renda e o grau de pobreza no Brasil são muito maiores do que os índices correspondentes nos países com renda per capita próxima à de nosso país. Caso o grau de desigualdade de renda no Brasil estivesse em tal média, o percentual de pobres seria de apenas 8% da população. Depreende-se o peso da concentração de renda e recursos na explicação da magnitude da pobreza em nosso país.

Por exemplo, caso o grau de desigualdade de renda no Brasil fosse igual ao do Uruguai, o menor entre os latino-americanos, e mantendo-se a atual renda per capita do país, seria possível diminuir em 20% o percentual de pobres na população. É como se quase dois terços da pobreza brasileira pudessem ser explicados pela diferença

na avareza da distribuição da renda brasileira em relação ao caso do Uruguai. Na mesma direção, caso o perfil da desigualdade brasileira estivesse similar ao do México ou da Costa Rica, a proporção de pobres cairia, dos atuais 34%, respectivamente para 25% ou 21,5%.

Tomando-se como referência um conjunto de 92 países para os quais informações estão disponíveis, o Brasil é o que apresenta maior desproporção entre as rendas apropriadas pelos estratos mais ricos e mais pobres da população.

Um resultado importante das pesquisas do IPEA é a revelação de como o mero crescimento econômico é insuficiente para eliminar a pobreza num horizonte de tempo adequado. Um processo contínuo de crescimento da renda per capita brasileira à taxa anual de 4% durante 10 anos, mantendo-se o atual perfil distributivo, exerceria um impacto em termos de redução da pobreza equivalente àquele do exercício hipotético, acima mencionado, de tornar a distribuição brasileira similar à da Costa Rica. O crescimento econômico não constitui uma alternativa às políticas direcionadas à eliminação da pobreza.

Outro aspecto a observar é a persistência da desigualdade. O grau desta, em 1999, estava próximo ao do final dos anos 70. Sua intensidade e estabilidade fazem-na parecer um fenômeno natural, conforme expressão de Ricardo Henriques, organizador do livro do Ipea.

O que fazer? Na verdade, para erradicar a pobreza seria necessário transferir, de modo permanente, apenas 4% da renda nacional ou 25% dos recursos públicos hoje alocados na área social. Tudo indica ser necessário um leque de políticas a ser acionadas em simultâneo, envolvendo a formação e ampliação no estoque de ativos com os quais os pobres participam – quando conseguem entrar – no processo econômico. Razões éticas e humanitárias justificam por si mesmas a implementação de políticas assistenciais e redistributivas. No entanto, apenas a posse e acumulação de ativos pelos pobres permitirá a geração sustentável de sua renda.

Exemplos de instrumentos para isso estão na provisão pública de educação básica e de formação

profissional, de políticas de microcrédito e da reforma agrária. Estes seriam meios para incrementar aqueles ativos, ou seja, formas de reduzir a dependência dos pobres em relação à mera oferta de mão-de-obra de baixo valor de mercado. Vejamos aqui algo sobre o microcrédito, talvez o instrumento menos conhecido entre aqueles citados.

Políticas de microcrédito

Antes de tudo, cabe afastarmos de dois vieses comuns entre economistas. O primeiro é o "viés pela grandeza", vale dizer, o hábito de olhar a economia exclusivamente a partir dos grandes projetos de investimentos e raciocinar como se houvesse uma capilaridade social automática dos efeitos de tais inversões, acompanhando o crescimento econômico. O segundo é o "viés da opção pela pobreza", presente nas diversas formas do preconceito segundo o qual a pobreza reflete falta de aptidão para a acumulação de ativos.

Os programas de microcrédito, em economias às voltas com a pobreza, surgiram a partir da percepção do fosso existente entre, de um lado, as necessidades de crédito para dar materialidade ao empreendedorismo presente entre pobres e, de outro, as características de funcionamento intrínsecas aos sistemas financeiros tradicionais. Eliminando-se os dois vieses acima, é possível enxergar, na economia, uma gama de atividades de pequena escala, baixos requisitos de capital, tecnologia e qualificação de mão-de-obra, que nem por isso deixam de ser agregadoras de valor e de constituir-se em oportunidades para pequenos investimentos. Oportunidades, porém, freqüentemente inviabilizadas pela ausência de crédito ou outras fontes de recursos de terceiros necessários para diminutos investimentos físicos cruciais: máquinas de costura, instrumentos para artesanato, equipamentos de cozinha, pequenos barcos de pesca, carroças etc.

A ausência de garantias patrimoniais, as dificuldades de seleção e monitoramento das operações, as escalas mínimas de transação da instituição financeira típica etc., impedem o engajamento desta naquele mercado potencial. Como imaginar crédito para quem

sequer tem conta bancária?

Os programas de microcrédito buscam preencher essa lacuna. A ausência de garantias e os problemas de monitoramento são minimizados através de empréstimos em grupos, vizinhos, cooperativas de crédito ou outros arranjos que assegurem o monitoramento e a pressão entre pares, comprometidos em conjunto. O baixo grau de formalização reduz os custos operacionais. Além disso – em contraste com outro preconceito usual – a taxa de inadimplência mostra-se mais baixa do que no crédito tradicional. Explica-se isso pela maior aversão a riscos nas decisões de investimento de indivíduos pobres, um traço de comportamento freqüentemente detectado na evidência internacional, bem como pelo fato de que em geral estes pobres não dispõem da proteção à inadimplência provida a grandes tomadores de recursos por sistemas judiciais ineficientes. Não por acaso, os *spreads* (diferenças entre taxas de captação e empréstimo) são menores no microcrédito do que nas operações tradicionais.

Programas de microcrédito têm sido implementados com sucesso na Ásia e na América Latina. No Brasil são mais recentes. Exemplos podem ser encontrados no programa Crediamigo do Banco do Nordeste e no BNDES Solidário. Prevendo um crescente interesse até de instituições privadas, para além de bancos públicos e ONGs, o Banco Central baixou a Resolução 2627/99, de 02/08/99.

É verdade que o microcrédito só pode alcançar quem está minimamente integrado em algum contexto social, de modo a ter pares e a sofrer sanções sociais em caso de inadimplência voluntária. Para miseráveis, cuja sociabilidade está dilacerada, as medidas teriam de ser outras.

O microcrédito não é uma panacéia contra a pobreza. Como nenhum instrumento em particular. O inegável, contudo, é a possibilidade de um esforço integrado, com uso simultâneo dos diversos meios disponíveis, para erradicar a intensa e persistente marca da maldade brasileira.

Otaviano Canuto é professor de economia na Unicamp e presidente da ANPEC. E-mail: ocanuto@eco.unicamp.br

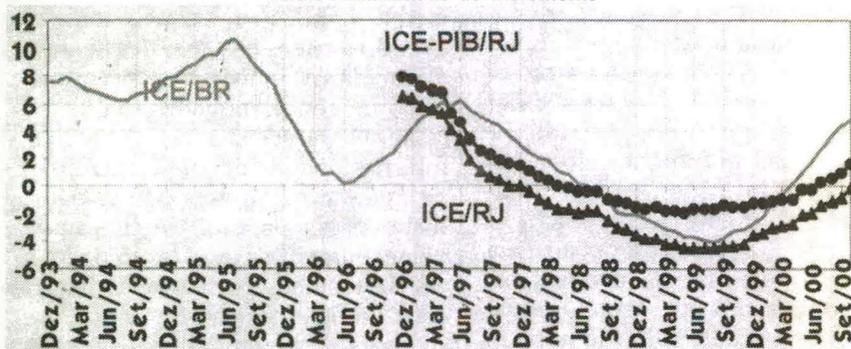
LABORATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO ECONÔMICO — por Victor Hugo Klagsbrunn —

A economia e a indústria do Estado do Rio de Janeiro em 2000

1. A evolução conjuntural à luz dos indicadores compostos de conjuntura ICE/RJ e ICE-PIB/RJ

Até outubro de 2000 prosseguia a trajetória de recuperação da economia fluminense, que se refletiu principalmente no indicador composto ICE-PIB/RJ baseado nos dados sobre a indústria em geral do estado, incluindo portanto além da indústria de transformação a indústria extrativa mineral. A evolução do ICE/RJ – que leva em conta apenas a indústria de transformação – segue apresentando recuperação mais modesta, situando-se bem aquém do observado para o país como um todo, aqui representado pelo ICE/BR, o indicador corrente de conjuntura para o Brasil.

BR e RJ: Indicadores de Conjuntura ICE/BR e ICE/RJ
Taxas Anualizadas de Incremento



Fonte: LAE-uff

A indústria de transformação cresceu bem menos que a indústria em geral no Estado do Rio de Janeiro, sendo a última fortemente favorecida pela indústria extrativa mineral.

2. Indústria de Transformação Fluminense não segue ritmo de recuperação do país, segundo os dados levantados pelo IBGE

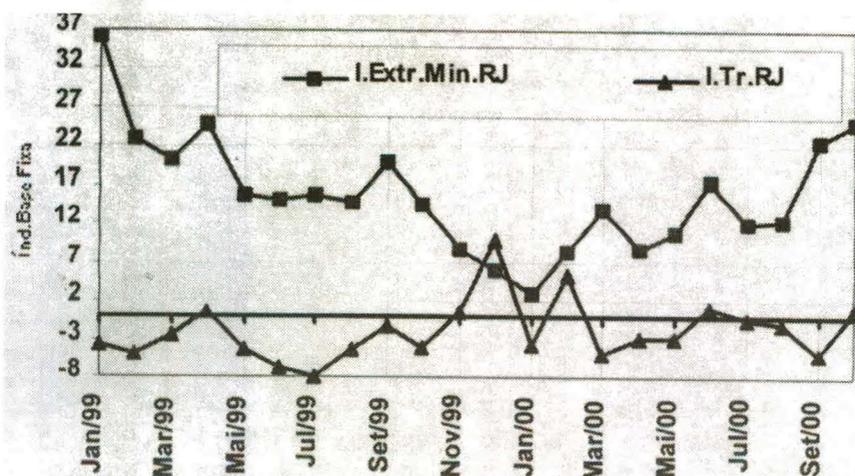
As altas taxas de crescimento industrial no estado refletem, na verdade, quase exclusivamente os avanços da indústria extrativa mineral no Estado, segundo os dados do IBGE (Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física, PIM/PF).

A indústria de transformação, ao contrário, vem apresentando, em 2000, taxas quase sempre negativas de crescimento de sua produção física, quando comparada com os mesmos meses de 99 (veja-se gráfico a seguir). No acumulado do 2000 até outubro, a indústria de transformação fluminense apresentava saldo negativo de -1,4 %.

A indústria extrativa de petróleo e gás segue expandindo em função de um processo de substituição de importações. Ela traz grandes contribuições para a economia do Rio, mormente para a arrecadação de impostos. Mas seus efeitos diretos sobre emprego e renda e indiretos (através de encomendas) são ainda bastante limitados mas crescentes para o estado.

Mesmo com a inclusão da indústria extrativa mineral, a produção física da indústria fluminense apresenta um aumento acumulado em 2000, até outubro, de apenas 5,7%. Em consequência, o Rio de Janeiro é superado por estados como Rio Grande do Sul, Ceará, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, situando-se abaixo do crescimento médio da indústria do país, que foi de 6,6%.

RJ – Prod. Física da Indústria
(Incr. % mês/mesmo mês ano anterior)



Elaboração: LAE-uff

3. O emprego industrial na Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Tanto o IBGE, através da Pesquisa Mensal de Emprego, como a FIRJAN indicam queda do emprego na indústria de transformação fluminense. A PME indica para a RM do Rio de Janeiro uma perda acima de 42 mil postos de trabalho apenas em outubro (e mais 12 mil em novembro) em todos os setores. Na indústria de transformação, desde o mês de pico – julho de 2000 – até novembro de 2000, temos 28,5 mil pessoas a menos trabalhando. Lembremos que no geral é no segundo semestre que a indústria aumenta seu ritmo de atividade, fornecendo para as vendas maiores de fim de ano.

4. A FIRJAN indica, em contraposição, um quadro bastante positivo para a mesma indústria de transformação

Enquanto a produção física da indústria de transformação fluminense (IBGE) diminuiu no acumulado de janeiro a outubro em 1,4%, as vendas industriais divulgadas pela FIRJAN aumentaram em 7% quando comparadas com os mesmos períodos do ano anterior.

A FIRJAN indica que, durante 2000, dois ramos, entre os que produzem meios de produção, vêm apresentando acréscimos importantes em suas vendas: a indústria de produtos químicos e a de material elétrico e de comunicações. Entre os voltados para o consumo final destacam-se os ramos de têxteis, produtos farmacêuticos e, em menor escala, produtos de vestuário, calçados e artigos de tecido.

O resultado altamente positivo para o conjunto das vendas industriais divulgado pela FIRJAN deve-se, sobretudo, aos acréscimos na indústria química, alavancada sobretudo por aumentos de preços dos derivados de petróleo, pois o ramo participa com mais de 30% nas vendas da indústria de transformação levantadas por aquela entidade.

Tomando, em contraposição, as horas trabalhadas, também levantadas pela FIRJAN, como indicador aproximado da atividade industrial efetiva, chegamos a resultado bem diverso: entre os meios de produção mostraram evolução mais positiva os ramos material de transporte, metalúrgico e material elétrico e de comunicação. Com tendência levemente declinante a indústria química e fortemente negativa a indústria mecânica. Por outro lado, entre os bens de consumo final, destaca-

LABORATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO ECONÔMICO

ram-se positivamente os setores têxtil e de vestuário e calçados, além de produtos farmacêuticos. A indústria de produtos alimentares esteve praticamente estagnada desde janeiro de 99.

Deste modo, as estimativas altamente positivas da FIRJAN sobre as vendas industriais refletem de modo superestimado a atividade industrial no estado, devido sobretudo ao efeito da mera elevação de preços nas refinarias.

5. A participação da indústria química no setor industrial fluminense. Algumas observações finais.

A participação desse ramo, tanto nos indicadores tanto do IBGE quanto da FIRJAN, está provavelmente superestimada, em cada caso por razões diferentes. Em termos comparativos: pela Pesquisa Industrial Anual - PIA, também

levada a efeito pelo IBGE para 1997, a participação do ramo no valor bruto da indústria de transformação do Estado perfazia então, 19,8% incluindo aí os 7,6% da fabricação de produtos farmacêuticos, que nas demais pesquisas citadas aparece como setor separado.

Na composição da produção física da indústria de transformação (IBGE), a indústria química (sem incluir a farmacêutica) tem participação acima de 35%, o que é certamente superestimado. Sabe-se, além disto, que a mesma pesquisa, no caso do Estado do Rio de Janeiro, também superestima o peso da indústria extrativa mineral. Em consequência, os dados da produção física tendem a superestimar, por um lado, o crescimento da indústria em geral, devido ao efeito da produção de petróleo, e, por outro, o recuo da indústria de

transformação aparece demasiado acentuado pelo peso superestimado da indústria química.

Em resumo, nem as vendas industriais indicam um crescimento tão grande da atividade industrial no Estado, como indicam os dados da FIRJAN, nem a produção física pode indicar um recuo tão expressivo da indústria de transformação, como os dados do IBGE levam a supor. De todos modos, a indústria de transformação fluminense vem apresentando no decorrer de um ano tão favorável como o de 2000 evolução bem inferior à média do país, o que exigiria uma ação mais localizada da política econômica.

Laboratório de Acompanhamento Econômico - LAE/UFRJ. Equipe responsável: Victor Hugo Klagsbrunn, Victor Hugo Gouvêa, Mário Duayer. Apoio: Instituto Virtual de Economia e Logística da FAPERJ. Dezembro de 2000 (elaborado com dados disponíveis até 29/12/00).

EVENTO

GLOBALIZACIÓN Y PROBLEMAS DEL DESARROLLO

III Encuentro Internacional de Economistas

del 29 de enero al 2 de febrero del 2001

Palacio de las Convenciones
La Habana - CUBA

Contamos com o apoio de todos os convidados, delegados, observadores e participantes na divulgação e promoção, como foro de discussão acadêmica, do III Encontro Internacional de Economistas sobre Globalização e Problemas de Desenvolvimento, de 29 de janeiro a 02 de fevereiro de 2001 na cidade de Havana. Desta forma, economistas e demais cientistas sociais assumem um compromisso de avançar na apresentação de propostas concretas, com vistas à solução dos mais importantes problemas apontados nos encontros celebrados, na certeza de que contribuirão, ainda que modestamente, na superação dos mesmos.

Informações e inscrições: Alcides Pérez Pérez

Calle 22 Nro. 901 Esq. 9na. Miramar

La Habana, Cuba

Telefones: (537) 292084 e 22-9371 - Fax: (537) 22-34-56

E-mail: anec@info.get.cma.net

CURSO

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
Universidade Federal do Rio de Janeiro
IPPUR/UFRJ

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PLANEJAMENTO E USO DO SOLO URBANO

CONCURSO DE SELEÇÃO 2001

Informações e inscrições:

Instituto de Pesquisa e

Planejamento Urbano e Regional

Prédio da Reitoria, sala 543

Cidade Universitária

Ilha do Fundão - 21910-240

Rio de Janeiro - RJ

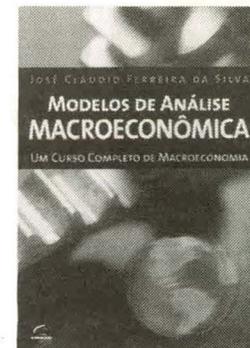
Tels: (21) 598-1676 e 598-1976

e 598-1673 - Fax: (21) 598-1923

E-mail: selecao2001@ippur.ufrj.br

LIVROS COM DESCONTO

A Editora Campus está oferecendo os livros abaixo, com desconto de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia-RJ. Trata-se de um convênio firmado entre uma grande editora e um órgão de representação da categoria com intuito de ofertar obras com vantagens e permitir o acesso de economistas a títulos de abrangente importância para a formação dos economistas.



Modelos de Análise Macroeconômica, Ferreira da Silva.

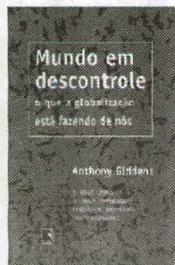
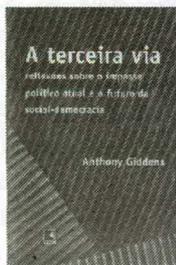
De: R\$ 42,00 Por: R\$ 32,55

- *Economia Internacional: Teoria e Política.* Kenen, P. - De: R\$ 85,00 Por: R\$ 59,50
- *Finanças Públicas - Teoria e Prática - Giambiagi, F., Alem, A.* De: R\$ 35,00 Por: R\$ 24,50
- *Macroeconomia: Teoria e Política Econômica,* Blanchard, O.J. De: R\$ 75,90 Por: R\$ 53,13
- *Macroeconomia Moderna - textos de economia Keynesiana.* De Paula, L. F. R. De: R\$ 45,00 Por: 31,50
- *Introdução à Economia - Princípios de Micro e Macroeconomia,* Mankiw, G. De: R\$ 85,00 Por: R\$ 59,50
- *Globalização e Globobagens,* Krugman, P. De: R\$ 39,00 Por: R\$ 27,30
- *A Nova Economia Internacional: Uma Perspectiva Brasileira,* Gonçalves, R. De: R\$ 49,90 Por: R\$ 34,93
- *Informação e Globalização na Era do Conhecimento,* Lastres, H., Albagli, S. De: R\$ 36,50 Por: R\$ 25,55
- *O Futuro da Indústria no Brasil e no Mundo,* CNI. De: R\$ 27,00 Por: R\$ 18,90

Os interessados devem ligar para a Biblioteca Eginardo Pires, no Corecon/RJ. Horário de funcionamento: de segunda a sexta, das 13h às 17h. Tel: (0xx21) 232-8178

LIVROS COM
DESCONTO

A Editora Record está oferecendo os livros abaixo, com **desconto de 30%** sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia - RJ. Trata-se de um convênio firmado entre uma grande editora e um órgão de representação dos economistas com o intuito de ofertar obras com vantagens e permitir à categoria o acesso a títulos de abrangente importância para a sua formação.



Mundo em descontrolado
de R\$ 18,00 por R\$ 12,60
A terceira via
de R\$ 25,00 por R\$ 17,50

- **O mercado de derivativos financeiros** – Octavio Bessada
R\$ 17,50
- **Episódios da história monetária**
– Milton Friedman
R\$ 14,70
- **Aspectos morais do crescimento econômico**
– Barrington Moore Jr.
De: R\$ 28,00 por: R\$ 19,60
- **O mercado futuro e de opções**
– Octavio Bessada
De: R\$ 25,00 por: R\$ 17,50
- **Falso amanhecer** – JOHN GRAY
De: R\$ 28,00 Por: R\$ 19,60
- **Destruição não criadora**
– Memórias de um mandato popular contra a recessão, o desemprego e a globalização subordinada
– Maria da Conceição Tavares
De: R\$ 28,00 Por: R\$ 19,60
- **Cinquenta anos de pensamento da CEPAL** – (volumes I e II)
– organizado por Ricardo Bielschowsky
De: R\$ 40,00 Por: R\$ 28,00 (cada)
- **Por uma outra globalização**
– Milton Santos
De: R\$ 20,00 Por: R\$ 14,00
- **O livro negro do capitalismo**
– Organizado por Gilles Perraut
De: R\$ 45,00 Por: R\$ 31,50

Os interessados devem ligar para a Biblioteca Eginardo Pires, no Corecon/RJ.
Horário de funcionamento:
de segunda a sexta, das 13:00 às 17:00
Telefone: (21) 232-8178

— ARTIGO — por José Murilo de Carvalho —

Renan e os 500 anos

Implicita ou explicitamente, um dos principais temas das discussões em torno dos 500 anos foi o da identidade nacional e de sua construção. Nesse campo, os dois autores mais citados nos encontros acadêmicos foram provavelmente Benedict Anderson e Ernest Renan, o primeiro em seu livro “Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo”, de 1983, o segundo em sua famosa conferência de 1882, “Que é uma nação?”. Anderson desenvolveu a idéia de que nações são comunidades imaginadas, isto é, construídas graças a um variado arsenal de técnicas desenvolvido sobretudo durante o século XIX. Faziam parte desse arsenal a elaboração de mitos de origem com a ajuda de documentos antigos e da busca de ancestrais comuns, a criação de heróis, a imposição de uma única língua, o uso da paisagem como marca de identidade, os museus etnográficos, as exposições internacionais, o folclore, o romance histórico à maneira de Walter Scott, a ópera, os monumentos. Tal construção equivale ao que hoje se convenção chamar de memória nacional em contraposição ao que seria história nacional. A memória é a história ajustada às necessidades da construção da identidade nacional.

Renan já antecipara tal idéia em sua conferência, ao dizer que a criação de uma nação exigia o esquecimento e até mesmo o erro histórico. A unidade nacional se constrói quase sempre, é ainda ele quem fala, mediante o uso de muita violência. Foi assim na França, onde a união do norte e do sul se fez após um século de extermínio e terror. No caso brasileiro, basta citar as revoltas do Primeiro Reinado e da Regência, algumas de violência inaudita como a Cabanagem, para ilustrar a tese. Tais violências têm que ser esquecidas ou interpretadas de maneira a não impedir o sentimento de uni-

dade, a permitir, para usar outro jargão de hoje, a produção de uma narrativa coerente, uma escritura, da nação. É por isso, prossegue Renan, que o progresso dos estudos históricos constitui um perigo para a nacionalidade, na medida em que historiadores podem insistir em lembrar as violências, as opressões e outros aspectos incômodos, podem tentar desmascarar excessos de esquecimentos e de erros.

Não foi o caso da maioria dos historiadores do século XIX, aí incluídos os brasileiros, pois quase todos estavam dedicados exatamente à tarefa de construir a memória de seus respectivos estados-nação. A história e a geografia foram no século XIX outros tantos instrumentos de construção nacional. No Brasil, o testemunho mais importante dessa concepção do papel do historiador é o texto de von Martius intitulado “Como se deve escrever a história do Brasil”, publicado em 1847 na revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A obra histórica, segundo Martius, deveria despertar o amor da pátria e todas as outras virtudes cívicas. Muitos o seguiram. Mesmo alguém que o criticou, Sílvio Romero, dizia que a essência do trabalho do historiador era captar a unidade histórica da alma nacional. Tanto maior o mérito de Renan que dentro desse ambiente político e intelectual conseguiu perceber a distinção entre história e memória e apontou a tensão existente entre as duas.

Não parou aí a perspicácia do grande publicista. A conferência, destinada a combater a concepção alemã de nação baseada na raça, incluía outra dimensão do fenômeno nacional que não pode ser separada do exercício de construção da memória. Além de partilhar um passado de experiências comuns, mesmo ‘memorizadas’, a existência de um povo, de uma nação, exige o consentimento atual, a adesão, no presente, a valores e propósi-

tos comuns. A existência de uma nação, resumia Renan na expressão que ficou famosa, é um plebiscito de todos os dias, é a vontade comum de seus habitantes. Nessa visão, a convivência difícil e tensa entre as duas dimensões, a invenção e a participação, é que viabiliza uma identidade nacional efetiva. O excesso de esquecimento e erro leva à ineficácia da narrativa nacional em construir a identidade de um povo. Caso já haja identidade em construção, ele pode levar a seu esvaziamento e, eventualmente, a sua crise. Nessa hipótese, coloca-se como exigência a reformulação do imaginário nacional, a re-escrita da memória de acordo com a vontade dos cidadãos.

Renan serve para pensar os 500 anos. Nos seminários acadêmicos independentes pode-se dizer que predominou a preocupação de expor e criticar a dimensão imaginária do evento. Mas nas iniciativas oficiais, semi-oficiais e oficiosas, e naquelas promovidas pela mídia, a Rede Globo à frente, exatamente as que atingiram o grande público, o predomínio da dimensão imaginária, como era de esperar, foi absoluto. Tratou-se o tempo todo de construir ou reforçar determinados traços de identidade nacional que exigem doses maciças de esquecimento. A Mostra do Redescobrimto foi exceção pois apresentou em seus vários módulos, sobretudo os dedicados aos índios, aos negros, ao cangaço, um imaginário nacional com doses aceitáveis de esquecimento. O mesmo não se deu com as celebrações oficiais de Porto Seguro. Nessas, a ênfase exclusiva dada ao episódio da viagem de Cabral e à carta do escrivão Caminha revelou a tentativa de consolidar determinado mito de origem com suas várias implicações.

As implicações têm a ver sobretudo com o reforço de três componentes de uma nação imaginada: a identidade lusa, a identidade

ARTIGO

católica, e a identidade cordial. Não é fora de propósito ver no episódio de 1500, como relatado pelo documento de Caminha, tais elementos. Tratava-se de conquistadores portugueses, houve missa católica, e o contato com os nativos foi pacífico. O truque da memória está em transformá-lo em mito fundador e definidor da natureza de nossa identidade: o Brasil começou em 1500, é luso, católico e cordial. Ora, o país pode ser isso, mas é também o contrário disso. Por que localizar o mito de origem na conquista em 1500 e não na independência em 1822, na abdicação em 1831, na abolição em 1888? A população de origem lusa é hoje apenas parcela da população branca. No sul do país ela é minoria. O catolicismo é hoje uma entre as muitas religiões nacionais e perde terreno constantemente. A cordialidade brasileira já foi há muito denunciada como mistificação e soa hoje risível diante dos índices de violência nas grandes cidades, próximos dos de países em guerra civil. Ao longo da história, ela sem dúvida não se exerceu em relação aos indígenas e aos africanos. Ficam de fora da memória assim escrita todos os contingentes de brasileiros não-lusos e dela discorda a natureza das relações sociais que presidiram à história do país. Há esquecimento demais e há muito erro. Uma cerimônia com memória menos torta teria incluído na festa os que pagaram o preço de nossa história, como os índios e os sem-terra (barrados pela polícia baiana), teria, idealmente, reconhecido as violências e injustiças cometidas contra esses excluídos, teria incorporado outras religiões, teria convidado presidentes de outros países que contribuíram para a formação do Brasil, como a Itália, a Alemanha, a Angola, a Nigéria, Moçambique, etc. O plebiscito nacional de hoje exigia essa redação da memória.

O plebiscito falou exatamente pela voz dos que foram deixados de fora da festa, os índios e os sem-terra, tomando-se os últimos, sociologicamente, como os descen-

dentos dos escravos africanos. O protesto, embaraçoso para os organizadores, teve o sentido positivo de apontar as falhas da memória que se tentou reiterar, seu distanciamento da realidade humana do Brasil de hoje, seu divórcio em relação aos sentimentos de parte importante do país. Mostrou a necessidade de se re-escrever a narrativa nacional.

Em recente seminário organizado em Sevilha a propósito dos 500 anos, o historiador Fernando Novas expressou um pensamento atrevido que amplio aqui com alguma liberdade: as duas grandes mudanças políticas por que passou o país, a independência e a república, teriam sido mau negócio para os colonizados internos, os índios, os escravos africanos e seus descendentes. Quer isto dizer que as duas mudanças serviram ao reforço do domínio do senhorio interno. Uma consequência desse fato foi a dificuldade criada para o desenvolvimento de uma identidade nacional. O senhorio dividia-se entre a identidade européia (lusa) que excluía os colonizados e a identidade americana que, no entanto, só era possível dentro de visão romântica do índio. Foi grande mérito de José Bonifácio perceber com nitidez, embora na contracorrente como Renan, que a escravidão negra e a exclusão dos índios eram os principais obstáculos à construção de uma nação no país que se criava.

Sem comunidade, vivências, sentimentos e propósitos comuns, a identidade nacional passou a ser imaginada por intelectuais, aí

incluídos historiadores, com muito esquecimento, muito erro e muita fuga, ao mesmo tempo em que a ação governamental mantinha a colonização interna ao não promover a educação popular, não reformar a estrutura agrária, não democratizar o Estado. A colonização interna retrata-se ainda hoje nos índices constrangedores de desigualdade social que nos colocam entre os países mais injustos do mundo. Houve muito esquecimento no mito de uma história pacífica, houve erro na idéia de democracia racial, houve fuga na exaltação da natureza como principal motivo de orgulho nacional. Muita imaginação e pouco plebiscito.

O desastre das celebrações oficiais e as críticas que elas despertaram mostram que é hora de mais plebiscito, é hora de falarem os brasis de todos os quadrantes sociais. As vozes serão desafinadas e o coral será cacofônico. E haverá, como tem havido, reação dos que só admitem uma idéia de Brasil, aquela que eles mesmos criaram e que gostariam de impor numa reedição cultural do ameo ou deixe-o. Mas se a nação não se imagina a partir do plebiscito, posto que cacofônico, ela jamais se imaginará em bases sólidas, na medida em que pode haver solidez nesses domínios. Os mitos cairão por terra, reduzidos a simples mistificações.

José Murilo de Carvalho é professor titular do departamento de História da UFRJ. Versão modificada deste texto foi publicada no Caderno MAIS! da Folha de São Paulo.



CURSO PREPARATÓRIO PARA PROVA DA ANPEC

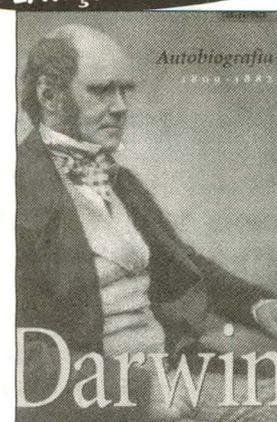
MATRÍCULAS ABERTAS

Início das aulas em março de 2001
Aulas de segunda a quinta-feira à noite
Professores qualificados
Aprovação de 75% no último concurso

ierj@ax.apc.org • Tel. 509-1077
Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro

LIVROS EM VENDA DIRETA

LANÇAMENTO



Autobiografia (1809-1882)
128 páginas • Charles Darwin
Preço com desconto: R\$ 19,00

A Contraponto oferece seus livros, em venda direta, com descontos médios de 30% sobre os preços de capa aos economistas associados. Você receberá os livros em casa, pelo correio. As despesas postais já estão incluídas. Entre em contato conosco.

A Teoria da Relatividade Especial e Geral - 136 p.
Albert Einstein
Preço com desconto: R\$ 13,00

Crítica e Crise - 256 p.
Reinhart Koselleck
Preço com desconto: R\$ 21,00

500 anos de periferia - 168 p.
Samuel Pinheiro Guimarães
Preço com desconto: R\$ 14,00

Discursos e Relatórios na Convenção - 204 p.
Robespierre
Preço com desconto: R\$ 19,00

O manifesto comunista - 150 anos depois
Daniel Aarão Reis (org.)
Preço com desconto: R\$ 13,00

A opção brasileira - 208 p.
César Benjamin e outros
Preço com desconto: R\$ 13,00

A sociedade do espetáculo - 240 p.
Guy Debord
Preço com desconto: R\$ 19,00

Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento - 496 p.
Ricardo Bielschowsky
Preço com desconto: R\$ 25,00

Um mapa da ideologia - 338 p.
Adorno, Jameson, Bordieu, Lacan, Althusser e outros.
Org. Slavoj Zizek
Preço com desconto: R\$ 24,00

O longo século XX - 408 p.
Giovanni Arrighi
Prêmio "Distinguished Scholarship" da American Sociological Association - 1995
Preço com desconto: R\$ 24,00

CONTRAPONTO

Tel./Fax (21) 259-4957
Caixa postal 56066
CEP 22292-970, Rio de Janeiro, RJ
Home-page: www.contrapontoeditora.com.br

ENTREVISTA

FÁBIO ERBER

Fábio S. Erber, professor titular de História e Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro concede uma entrevista instigante sobre a trajetória recente da economia brasileira e o padrão de desenvolvimento implementado. Foi diretor do BNDES (1992/1993) e Secretário Geral Adjunto do Ministério de Ciência e Tecnologia (1986/89). Estudou economia na UFRJ (bacharelado), University of East Anglia (mestrado) e University of Sussex (doutorado). Atualmente, além da atividade acadêmica, onde suas áreas de concentração são o desenvolvimento industrial e tecnológico e a relação destes com políticas macro-econômicas, presta consultoria a organismos internacionais e a empresas privadas, notadamente no campo de políticas de defesa da concorrência.

JE – *Você gosta muito da frase “se isto é loucura, há método nela”.*

FÁBIO – Gosto. É um comentário de Polônio à loucura de Hamlet. Acho que se aplica à relação entre teoria e política econômica. Mesmo quando a política parece maluca, há uma teoria por detrás, organizando-a. Keynes comenta que por detrás dos “homens práticos” estão idéias de economistas, freqüentemente mortos há muito tempo. Talvez isso dê maior legitimidade à observação.

JE – *Como é que se dá a organização da loucura?*

FÁBIO – Um dos meus filósofos da ciência preferidos, Lakatos, sugere que os programas de pesquisa científicos são constituídos por um núcleo central, axiomático e irrefutável, e por um cinturão protetor, que contém as hipóteses auxiliares e os procedimentos adotados para selecionar e resolver os problemas. No núcleo central estão embutidos os valores éticos, como, no caso neo-clássico, a primazia do indivíduo. Esse núcleo fornece uma *heurística negativa*, apontando os caminhos de pesquisa a serem evitados, e o cinturão protetor supre a *heurística positiva* do programa de pesquisa. Um programa de pesquisa é *progressivo* se o seu conteúdo empírico aumenta, mediante transformações no cinturão protetor. Ou seja, o programa de pesquisas fornece à política econômica uma agenda “positiva” e uma agenda “negativa”. A primeira agenda indica que problemas devem ser tratados e como devem

ser resolvidos. A agenda “negativa” indica temas e soluções que devem ser evitados. Obviamente, quando estamos tratando de política econômica, as agendas positiva e negativa são constituídas também por processos como o jogo de interesses internos e externos e o desenvolvimento passado. A própria escolha do referencial teórico é influenciada por esses fatores. Mesmo assim, sem pecar por idealismo, acho que a organização das prioridades e soluções de política, dada pela teoria, é relevante.

JE – *Desde meados dos anos oitenta, vários economistas, como Donald McCloskey nos Estados Unidos e Pérsio Arida no Brasil, trabalharam a retórica na Economia e da Economia. Você não acha que a teoria, além de servir para organizar a política econômica, é utilizada politicamente, como um instrumento de retórica?*

FÁBIO – Outro dos meus comentários favoritos vem de Bernard Shaw, que dizia que na Idade Média as pessoas acreditavam que a Terra era chata porque os padres diziam que era assim e agora acreditam que é redonda porque assim afirmam os cientistas. A utilização da suposta superioridade dos conhecimentos científicos é um bom instrumento de retórica política (“a Verdade está comigo”). Se você convencer os outros de que sua teoria é a única que tem estatuto científico, melhor ainda – o debate fica circunscrito ao cinturão protetor, enquanto os

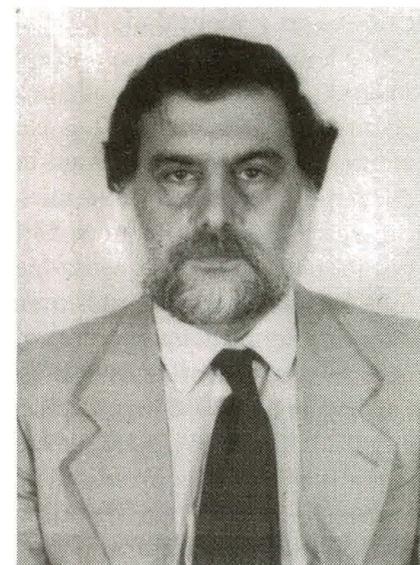
princípios éticos e políticos embutidos no núcleo central são aceitos tacitamente. No limite, a discussão sobre política econômica fica reduzida a um debate supostamente “técnico”, despolitizado. Também se usa a “cientificidade” das teorias para reduzir o universo de participantes no debate (“como discutir com alguém sem PhD?”). Como, em economia, coexistem vários programas de pesquisa, reivindicar o monopólio da cientificidade é politicamente muito importante. A frase do Shaw aponta ainda que há um forte elemento de pensamento mágico no uso das teorias.

JE – *Como é que você aplicaria essas idéias ao caso brasileiro?*

FÁBIO – Um exemplo imediato é o uso bem sucedido da teoria de inércia inflacionária ao problema da estabilização de preços no Plano Real.

JE – *Isso se aplica também a problemas de desenvolvimento?*

FÁBIO – Acho que sim. A visão atualmente dominante sobre o desenvolvimento parte da crítica ao nacional-desenvolvimentismo, especialmente ao protecionismo e à intervenção do Estado, e do fracasso das tentativas ortodoxas e heterodoxas de estabilização na América Latina dos anos oitenta. A seguir, consolida-se por meio de um tripé: a teoria econômica neo-clássica, com sua ênfase no mercado como instituição reguladora da vida econômica; o reconhecimento da importância das instituições como definidoras das



“regras do jogo” do mercado, vindo da Nova Economia Institucional e a teoria política da escolha pública e das coalizões, que reflete a “invasão” da teoria política pelos axiomas neoclássicos, e que enfatiza a apropriação do Estado por grupos de interesse específicos, inclusive pela própria burocracia. O tampo do tripé é a idéia de “fim da história” do Fukuyama, pela qual os países tendem a convergir para sociedades regidas pelo mercado sob a forma política de democracias liberais. O famoso Consenso de Washington é a tradução dessa base teórica em termos de política econômica. O padrinho do Consenso, John Williamson, escrevendo sobre o Consenso e a democracia, conclui que o de Washington é o “consenso de todos os economistas de bom-senso”, o que é um bom exemplo da retórica sobre a qual falamos antes. Lembra de um velho samba: “quem não gosta de samba, bom sujeito não é”? É a mesma coisa... O Consenso foi originalmente elaborado para a América Latina, mas foi logo aplicado à África, sob o nome de “structural adjustment programmes”, sob a batuta do Banco Mundial. Virou panacéia universal, a “Maravilha Curativa do Dr. Humphreys” da economia. A idéia de convergência, de fim da história, é outro exemplo dessa retórica, da tentativa de estabelecer um pensamento único em termos de política econômica.

JE – *A ida do Stiglitz como principal economista do Banco Mundial não mudou isso?*

ENTREVISTA

FÁBIO – Stiglitz tentou mudar a orientação do Banco. Disse que o Consenso era “incompleto e freqüentemente enganador”. A burocracia do Banco respondeu que era necessário completar as reformas do Consenso com outras, de “segunda geração”. Stiglitz acabou saindo e a orientação do Banco continuou.

JE – *E as agendas? Dá para identificar uma agenda positiva e outra negativa?*

FÁBIO – Dá. A agenda positiva é essa que estamos vendo, no Brasil, desde o início dos anos noventa. Aliás, aqui começou mais tarde que em outros países e custou mais a deslançar porque o nacional-desenvolvimentismo foi bem sucedido e gerou o que o Castro [Antonio Barros de] chamou com muita propriedade de “convenção de crescimento”, que, a meu ver, só acabou após o fracasso do Cruzado. A história é muito importante. A agenda positiva enfatiza as reformas da estrutura institucional. De um lado, amplia o alcance dos mecanismos de mercado (via, por exemplo, a abertura comercial, financeira e de investimentos externos e pelo reforço das leis de propriedade); de outro, reduz o alcance do Governo, tanto diretamente, como através das privatizações, tanto pela fixação de regras, como as metas para inflação e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ao mesmo tempo estabelece agências regulatórias setoriais e de combate ao abuso do poder econômico, independentes do Governo. Esse processo de reforma institucional não acabou – agora, fala-se das “reformas de segunda geração”, como a “flexibilização” da legislação trabalhista. É bem possível que apareça a “terceira geração” de reformas... Em tese, propósito último é o de estabelecer uma sociedade liberal, fundada sobre o indivíduo, em contra-posição ao “organicismo” que herdamos do período desenvolvimentista, que tem suas raízes no corporativismo varguista.

JE – *Falou-se muito do “fim do Estado varguista”. Isso tem a ver com a agenda negativa?*

FÁBIO – Muito. Lembre de que tudo começa com a crítica ao desenvolvimentismo (aqui) e ao keynesianismo e ao welfare state (ao Norte do Equador). Tudo que o desenvolvimentismo defendeu tem parte com o Demo. Uso a linguagem religiosa deliberadamente, porque acho que há um forte componente deste tipo na visão dominante do desenvolvimento. Há tempos, fiz um artigo para o Boletim do Instituto [Boletim de Conjuntura, 1996, n.1, IE/UFRJ] em que fazia a analogia entre a visão de desenvolvimento da equipe econômica e o mito da travessia do deserto. Apesar das mudanças na política cambial, acho que ainda é pertinente.

JE – *Mais concretamente, como é que se manifesta a agenda negativa?*

FÁBIO – Começa com a própria escolha do que deve ser reformado. O desenvolvimentismo concentrava sua atenção na mudança da estrutura produtiva, dando pouca importância à estrutura institucional – basta ver o tratamento simplista do Estado na teoria e a proliferação de arranjos ad hoc, como no Plano de Metas. Em oposição, hoje toda a atenção está concentrada na transformação institucional. Implicitamente, supõe-se que, dada uma estrutura institucional eficiente do ponto de vista de funcionamento dos mercados, a estrutura produtiva irá se adaptar de forma também eficiente – por exemplo às vantagens comparativas dadas pela dotação de fatores. Da mesma forma, o desenvolvimentismo achava que a adequação aos ditames do mercado, mantendo um estrutura produtiva pouco industrializada, seria a condenação ao subdesenvolvimento. Essa industrialização requeria a intervenção do Estado no mercado. As reformas atuais visam o contrário – ampliar o alcance do mercado e reduzir o do Estado.

JE – *Você trabalha muito com política industrial e tecnológica. Como essas agendas gerais se manifestam nesse campo?*

FÁBIO – Tanto os antigos desenvolvimentistas como os que

adotam o moderno programa de pesquisa evolucionista reconhecem que existem importantes diferenças entre setores econômicos, em termos da sua inserção internacional e dos efeitos que têm sobre os demais setores da economia. Isso faz com que as políticas industrial e tecnológica sejam concebidas em termos de setores e/ou complexos industriais. Na agenda reformista dos anos noventa pesa muito o medo da apropriação do Estado por interesses privados. Assim, as políticas industrial e tecnológica são pensadas em termos “horizontais”, como se *computer chips* e *potato chips* fossem a mesma coisa. Como, na realidade, os setores são diferentes, o efeito das políticas é diferenciado setorialmente. No entanto, ao iludir-se que as medidas são indiferenciadas, o Governo faz uma política setorial às cegas. Como o personagem de Molière, que falava em prosa sem saber, o Governo faz política setorial.

JE – *E qual é a implicação dessa diferença?*

FÁBIO – Há muitas implicações. Veja, por exemplo, a balança comercial do Brasil. Como resultado do processo de industrialização, mais da metade das nossas exportações são de produtos manufaturados. No comércio internacional desse tipo de produto, as vantagens comparativas são construídas através de um processo em que convergem estratégias empresariais e políticas governamentais e os produtos mais dinâmicos são os de maior intensidade tecnológica. Se você observar a composição da pauta de exportações brasileira, verá que é aproximadamente a pauta definida ao cabo do II PND, concentrada em produtos de baixa e média intensidade tecnológica, principalmente produtos padronizados cuja demanda mundial evolui lentamente. Do outro lado, das importações, a composição tem uma forte participação de produtos de alta intensidade tecnológica, cuja demanda tende a ser elástica em relação à nossa renda. Ou seja, exportamos produtos cuja demanda tende a crescer pouco e importamos produtos cuja deman-

da tende a crescer muito. Estamos reproduzindo, no âmbito dos produtos industrializados, a situação de restrição externa ao desenvolvimento apontada por Prebisch há mais de cinquenta anos.

JE – *Você analisa isso em mais detalhe no próximo número da Revista de Economia Contemporânea, mas a constatação desse problema não é nova.*

FÁBIO – Longe disso! Lembro do falecido Fajnzylber falando disso no IE nos anos oitenta. Depois, muita gente escreveu sobre esse assunto, inclusive gente que pertenceu à equipe econômica quando o Presidente FHC foi Ministro da Fazenda, como Winston Fritsch e Jorge Chami, que apresentaram um excelente artigo em 93, no Fórum do Ministro Velloso. Mais recentemente, o IEDI [Instituto de Estudos do Desenvolvimento Industrial] fez um estudo detalhado. Mas, “poder é a capacidade de recusar informações”, dizia um cientista político.

JE – *Mas o Governo periodicamente anuncia medidas de apoio à exportação e tem os forums de competitividade setorial do Ministério de Desenvolvimento Industrial (MDIC).*

FÁBIO – A maioria das medidas de apoio à exportação é do tipo horizontal (por exemplo, mais recursos do BNDES ou do PROEX) e, aparentemente, tem baixa eficácia, como se viu pelas reações dos empresários ao último anúncio do MDIC. No primeiro Governo FHC houveram políticas setoriais, como o regime automobilístico, mas foram de caráter defensivo, estabelecidas sob a pressão das importações, sem qualquer visão da estrutura produtiva. Não tinham sequer uma visão da estrutura do setor para os quais estavam voltadas. Veja que propor ao setor privado uma visão de estrutura é uma forma do Estado superar a conhecida miopia do mercado, facilitando a coordenação das atividades privadas. Até o Banco Mundial, instituição cima de qualquer suspeita, recomenda a ação coordenadora do Estado. No Brasil, prevaleceu uma visão de política industrial de balcão de

ENTREVISTA

mercearia: ponho uns incentivos na vitrine, pega quem quer. Acho que pode mudar: os foruns setoriais, que partem da perspectiva da cadeia produtiva, são uma iniciativa importante e o BNDES, que está vinculado ao MDIC, pode dar um apoio importante, seja em termos financeiros, seja em termos de conhecimento setorial, através das suas Gerencias Setoriais. Mas existem fortes resistências: a Fazenda, que controla a política econômica, não participa dos foruns e, assim, reduz sua eficácia.

JE – *Mesmo que, haja, como você diz, uma tendência estrutural a um déficit comercial e de transações correntes, a entrada de capital estrangeiro vem cobrindo esse déficit.*

FÁBIO – Vem. Também é importante apontar que houve uma mudança no perfil desse capital, com o aumento de investimento direto e a redução do peso do capital financeiro. Isso explica porque os reformistas dos anos noventa atribuíram ao capital estrangeiro o papel de principal agente do desenvolvimento do país. Esta é outra inversão da agenda desenvolvimentista, que dava ênfase ao capital nacional, privado e estatal. Nesse sentido, acho que a presente política tem continuidade com os escritos do Presidente sobre o capital nacional. Não acho que ele tenha esquecido o que escreveu – ao contrário, levou às últimas consequências sua descrença no dinamismo do capital privado nacional. Isso posto, a dependência do capital estrangeiro para resolver a restrição externa não é isenta de problemas. Um desses problemas é clássico – o peso crescente de remessas à conta de lucros, dividendos e pagamentos à conta de tecnologia. O outro é mais recente. Na concepção do Governo, o desenvolvimento adviria de dois círculos virtuosos, entrelaçados. O primeiro estava vinculado à estabilização, que ampliou o mercado e deveria fomentar investimentos, aumentando a produtividade e, em consequência, ampliando as exportações. O fim da inflação, o grande resultado do Governo, efeti-

vamente ampliou o mercado, mas não trouxe estabilidade econômica e tampouco um grande aumento na taxa de investimentos, que permanece muito baixa. O segundo círculo virtuoso vinha da abertura. A abertura comercial permitiria importar bens de produção mais baratos e, simultaneamente, comprimir os preços dos bens de produção feitos no país. Ao mesmo tempo, a abertura comercial estimularia o investimento direto, que, por atuar em escala global, tem um grande coeficiente de importações. A importação de meios de produção modernos estimularia a produtividade e, a seguir, as exportações. Como supunha-se que as empresas estrangeiras tinham maior propensão a exportar, seu papel era crítico. Esse outro círculo também não deu certo. O investimento estrangeiro direto efetivamente veio, mas destinou-se principalmente para a compra de ativos nacionais em setores não comerciáveis, onde seu efeito exportador é muito indireto, como em telecomunicações, bancos e energia. Uma série de estudos, como os do Mariano Lãplane e André Sarti da Unicamp, mostram que esse investimento não tem uma perspectiva exportadora – veio atraído pelo mercado brasileiro, ampliado pelo argentino. Como a Argentina vai do jeito que vemos, a continuidade desse investimento depende da venda de outros ativos a bom preço e do dinamismo do mercado brasileiro. Mas, se esse mercado crescer muito, as importações tendem a explodir. Aí, há fortes dúvidas se o crescimento do IED vai ser suficiente para cobrir o déficit em transações correntes e já vimos onde leva confiar no capital financeiro. Estamos numa situação de grande fragilidade externa, mesmo sem levar em conta outros fatores como a possibilidade de crise na economia americana ou de uma guerra escancarada no Oriente Médio. Uma política industrial setorial pode estimular o mercado interno e atenuar essa vulnerabilidade. A seguir a atual trajetória, parece provável que continuemos com essas taxas de crescimento medíocres, que

não conduzem à redução da desigualdade.

JE – *Há algum outro ponto da agenda negativa que você ache importante?*

FÁBIO – Autonomia. Virou palavra, mas foi um conceito importante do ideário desenvolvimentista e foi determinante para políticas como as de desenvolvimento científico e tecnológico. Esta conexão provavelmente enfraqueceu essas políticas dentro do Governo FHC, como demonstram os orçamentos do Ministério de Ciência e Tecnologia e o corte nos incentivos fiscais para tecnologia, apesar da quantidade de PhDs no Governo. Atualmente, o MCT está fazendo um grande esforço para reverter essa situação através da criação de Fundos setoriais, o que é outro indício de boa mudança.

JE – *E na agenda positiva, o que você acha de mais importante?*

FÁBIO – A estabilidade de preços é fundamental para o funcionamento da economia e é socialmente progressista. Basta lembrar o que era viver sem conta corrente remunerada na época de alta inflação. Acho que isso é consensual, hoje em dia. No nosso jargão, a estabilidade é um bem público. O outro ponto fundamental é a reforma do Estado.

JE – *Mas você me parece muito crítico em relação à reforma do Estado.*

FÁBIO – Acho que é possível ser crítico em relação ao que foi feito e, ao mesmo tempo, reconhecer a pertinência dos problemas que a agenda positiva levanta. É a única maneira de evitar uma posição maniqueísta, do tipo contra ou a favor. Acho que a oposição muitas vezes fez o jogo do Governo, passando a impressão de que era totalmente solidária com o antigo Estado desenvolvimentista. Por que deveria ser, se os interesses sociais que representam receberam as migalhas do desenvolvimento? Questões como prevalência do Estado de Direito, equilíbrio entre os Poderes, transparência de deci-

sões, accountability (como é que se diz isso em português? a falta de uma boa tradução é sintomática), impunidade, privilégios descabidos, etc, não são apanágio exclusivo do liberalismo – fazem parte de qualquer agenda democrática. Nem acho que o Governo tenha fracassado nessa área em virtude da sua agenda ser liberal. Minha hipótese é que fracassou em virtude das alianças políticas que fez para poder implementar as outras reformas. Um exemplo claro é o da reforma tributária, que é indispensável para alavancar o crescimento, área em que o Executivo só fez tergiversar, dizendo que “imposto bom é imposto velho” e adotando soluções ad hoc, como a CPMF. Fazer uma reforma tributária profunda implica em mexer em privilégios muito estabelecidos tanto em termos regionais como setoriais. O debate sobre a lei de informática é indicativo desses problemas. O mesmo vale para a reforma administrativa. Sem bons instrumentos fiscais e administrativos, o Executivo não tem governabilidade. Isso faz parte de várias agendas: liberal, evolucionista, keynesiana. Percebo que falei mais da reforma do Executivo. Isso pode ser um viés de economista, mas acho que também reflete o desequilíbrio entre os três Poderes no Brasil. A reforma tem que ser do Estado, para que todos tenham acesso à justiça, para que os votos das unidades da Federação tenham o mesmo peso... Enfim, um Estado democrático.

JE – *Você combate os privilégios mas defende políticas setoriais. Não há contradição nisso?*

FÁBIO – Acho que alguns setores e atividades merecem incentivos governamentais pela sua importância estrutural. Mas esses incentivos têm que ser temporários e ter uma contrapartida de resultados bem definida e monitorada, com penalidades se não forem cumpridos. Indústria infante é um argumento clássico, mas a infância não pode durar para sempre nem ser irresponsável. Com essas qualificações, não há contradição.

ADMINISTRAÇÃO

A PARTIR DE
MARÇO/2001

PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA DE EMPRESAS

- Campus Centro - Sábados, das 8h às 13h20 (semanal) • 14 X 217,00
- Campus Nova América - Segundas e quartas, das 19h às 22h (semanal) • 14 X 217,00

AUDITORIA DE SISTEMAS DE SAÚDE

- Campus Barra (Akxe) - Sábados, das 8h às 19h (quinzenal) • 12 X 250,00

COMÉRCIO EXTERIOR

- Campus Centro - Terças e quintas, das 19h às 22h (semanal) • 13 X 197,00

CONTROLADORIA

- Campus Centro - Terças e quintas, das 19h às 22h, ou sábados, das 8h30 às 15h (semanal) • 13 X 217,00

DESENVOLVIMENTO DE CONSULTORES EMPRESARIAIS (Ênfase em RH)

- Campus Barra (Tom Jobim) - Sábados, das 8h às 13h20 (semanal) • 14 X 197,00
- Campus Centro - Segundas e quartas, das 19h às 22h (semanal) • 14 X 197,00

GESTÃO DA SAÚDE E ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR

- Campus Centro - Sábados, das 8h às 19h (quinzenal) • 13 X 197,00

GESTÃO DE MEIO AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA

- Campus Centro - Sextas, das 18h40 às 22h, e sábados, das 8h às 16h (quinzenal) • 14 X 197,00

GESTÃO DE NEGÓCIOS NA INTERNET

- Campus Centro - Sábados, das 8h às 13h20 (semanal) • 13 X 197,00

GESTÃO DO CONHECIMENTO E DA INTELIGÊNCIA EMPRESARIAL

- Campus Centro - Sábados, das 8h às 14h40 (semanal) • 14 X 197,00

GESTÃO EMPRESARIAL E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

- Campus Centro - Segundas e quartas, das 19h às 22h (semanal) • 12 X 197,00

GESTÃO EMPRESARIAL FUNDAMENTADA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- Campus Barra (Tom Jobim) - Sábados, das 8h às 13h20 (semanal) • 13 X 197,00

MARKETING

- Campus Barra (Tom Jobim), Campus Centro, Campus Penha e Campus Niterói - Sábados, das 8h às 13h20 (semanal) • 13 X 220,00
- Campus Centro - Terças e quintas, das 19h às 22h (semanal) • 13 X 220,00
- Campus Nova América - Segundas e quartas, das 19h às 22h (semanal) • 13 X 220,00

MERCADO DE CAPITAIS

- Campus Centro - Sábados, das 8h30 às 15h (semanal) • 13 X 197,00

OPERAÇÕES DE SEGUROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS (Ênfase em Meio Ambiente)

- Campus Centro - Segundas e quartas, das 19h às 22h (semanal) • 12 X 230,00

Informações e inscrições

Campus Barra (Akxe): Av. Prefeito Dulcídio Cardoso, 2.900 • Campus Barra (Tom Jobim): Av. das Américas, 4.200 - bloco 11 (Centro Empresarial BarraShopping)
Campus Centro: Av. Presidente Vargas, 642 • Campus Niterói: Rua Eduardo Luiz Gomes, 134 - Centro • Campus Nova América: Av. Automóvel Clube, 126 - Del Castilho
Campus Penha: Praça Nossa Senhora da Penha, 19

Por um lobby brasileiro junto ao novo governo norte-americano

O novo presidente de facto dos Estados Unidos já é conhecido e se apossou da Casa Branca. Ele, talvez, não o seja de direito face à indecisão da Suprema Corte de não afirmar o preceito de independência dos poderes constituídos, pilar firmado pelos fundadores (*founding fathers*) – Jefferson, Washington, Hamilton, etc. – daquela nação.

Ainda que para a época pudesse se justificar a necessidade de haver uma validação da vontade popular mediante uma eleição indireta no Congresso, hoje em dia, a exposição ao mundo de um sistema político não-majoritário e a pantomina do sistema de apuração dos votos levaram o prestígio hebdomadário inglês – *The Economist* – afirmar que o candidato republicano Bush se tornou um “Presidente Acidental.” Este acaso mais o real equilíbrio entre as forças do partido republicano e democrata no Congresso criaram um vácuo político.

Este impasse associado a perspectiva de redução da prosperidade econômica fará com que a agenda política doméstica em prol de “um novo consenso interno” se torne mandatária, nos Estados Unidos, nos dois primeiros anos deste novo Governo. Contudo, do ponto de vista da ação da política comercial norte-americana, a busca deste novo consenso não autoriza inferências a um retorno ao isolacionismo típico dos republicanos no período pré-Segunda Guerra.

Ao contrário, numa perspectiva histórica, após este conflito a imposição da política comercial sobre os demais parceiros comerciais têm sido feita mediante forte e durável coalizão entre republicanos e democratas sempre sob a

égide dos interesses econômicos norte-americanos.

No entanto, desde a metade dos anos oitenta até o momento presente – período dos republicanos Reagan e Busch e do democrata Clinton – a estratégia comercial norte-americana vêm gradualmente mudando de foco, levando em consideração interesses internos, paroquiais e nacionalistas, em detrimento da defesa irrestrita de uma política multilateral em prol do livre-comércio, típica de uma nação hegemônica mundial.

Em resumo, de um corte multilateral, a política norte americana passou a ter uma abordagem *multitrack*, englobando uma variedade de políticas (unilateral, regional, e multilateral). Isto pode ser constatado pelos seguintes fatos: (i) redução no compromisso com o regime multilateral de comércio, a despeito dos resultados alcançados ao final da Rodada do Uruguai, o que mostra uma mudança nos princípios exclusivos do multilateralismo e de não-discriminação que vigoraram desde o início do Pós-Guerra; (ii) pressões unilaterais em prol da abertura de mercados, especialmente o japonês, sob os matizes do “unilateralismo agressivo”, “comércio administrado”, e “política de comércio orientado para resultados”; e (iii) mudança histórica em direção a um continentalismo norte-americano, inicialmente com o Acordo EUA-Canadá, depois com o Nafta, e atualmente com as tratativas acerca da ALCA.

Apesar de existir um arco político de democratas à republicanos a favor da hegemonia da política comercial norte-americana na esfera do comércio, a sua imposição aos demais parceiros obrigou que fossem feitas diversas concessões

no sentido de abrir a economia norte-americana aos produtos estrangeiros. É sempre bom lembrar que este processo de abertura aprofundou-se, principalmente a partir dos anos trinta do século passado, sempre à proporção que os norte-americanos foram obrigados a adotarem um regime liberal de comércio para se tornarem a potência hegemônica mundial.

Mas, nos anos noventa do século passado não houve condições políticas para expor ainda mais a economia norte-americana para reafirmar a sua posição hegemônica no comércio internacional. Isto pode ser constatado na recusa recente do Congresso norte-americano em outorgar um novo *fast track* para negociar novos acordos comerciais. As origens dessas dificuldades está, em parte, no descontentamento de alguns grupos de interesses norte-americanos em torno dos benefícios da abertura e da globalização produtiva.

Grosso modo, pode-se distinguir dois grupos de descontentes. O primeiro deles, passível de ser denominado populista e nacionalista, está intimamente ligado aos nomes de Ross Perot e Patrick Buchanan situados no espectro político da direita, de um lado, e aos sindicatos dos trabalhadores ligados à AFC-CIO no espectro político de esquerda. Este grupo alega e denuncia que a abertura econômica, a globalização produtiva e as corporações multinacionais são as causadoras das crescentes desigualdades de rendimentos entre as famílias norte-americanas.

O segundo grupo pode ser denominado de solidário, cujo representante maior é o advogado Ralph Nader, e sua principal bandeira é a cruzada anti-grande corporações. Pode-se arrolar ainda, neste

grupo, várias ONG's atuantes nas áreas de meio ambiente e direitos humanos.

Cabe lembrar que Buchanan e Nader concorreram à Casa Branca no último pleito. Por estarem situados nas extremidades do espectro político, o eleitor médio os rejeitou, optando por Bush ou Gore. Passadas as eleições, a pequena diferença de um sobre o outro reflete a cisão do eleitorado norte-americano face às plataformas dos partidos políticos, mas remete para o Congresso a questão chave para o estabelecimento das novas diretrizes da política comercial norte americana, bem como todas as questões políticas relevantes para a busca do “novo consenso interno”.

Sob a perspectiva da política comercial e da necessidade de reafirmação da posição hegemônica norte americana, a questão central é como obter do Congresso um *fast track* para iniciar negociações regionais e multilaterais, que tenha provisões específicas na esfera dos temas tradicionais (tarifas, dumping, subsídios, 301, *special e sunset clause*, etc.), e nos novos temas: meio ambiente, padrões de trabalho, direitos de propriedade intelectual e serviços.

Também é sempre bom lembrar que no Congresso norte-americano o que prevalece é a política do *pork barrel* (toma lá, dá cá). Consequentemente neste novo *fast track*, à semelhança do que ocorreu com o do NAFTA, tanto os interesses em prol dos temas tradicionais (preferências tarifárias) quanto os novos temas (padrões de trabalho e meio ambiente) deverão ser contemplados.

O problema é, neste caso, que a busca do “novo consenso interno” em prol de diretrizes de políti-

ARTIGO

ca comercial dependerá de muito *lobby* e pressão por parte dos grupos de interesses. De fato, o início de uma nova Legislatura e de um novo Executivo, num contexto de rearranjo das forças políticas internas nos Estados Unidos, abre espaços amplos para que seja desenvolvido *lobby* por grupos de interesses internos e de nações não hegemônicas – por exemplo, do Brasil. O objetivo deste *lobby* seria buscar influir no processo de formulação da política comercial norte-americana.

O setor exportador brasileiro deveria ser o principal grupo nacional de interesse para desenvolver ações de *lobby* em solo norte-americano. Mas, para que este *lobby* seja viável é preciso: (i) estabelecer quais as questões que devem ser objeto de negociação; (ii) mostrar como os interesses brasileiros podem ser objeto tanto de *lobby* interno como de ações concretas na esfera multilateral (OMC) e regional (ALCA); e (iii) haver pressão do setor privado nacional sobre o governo brasileiro para que este atue de forma coordenada e com diretrizes claras.

Com base nos estudos das barreiras comerciais às exportações brasileiras impostas pelo Estados Unidos, elaborados pela FUNCEX e pela nossa embaixada em Washington, pode-se estabelecer que o objeto do contencioso entre o Brasil e os EUA se resume a duas questões centrais: Processos (anti-dumping, anti-subsídios e SGP) ou Produtos (suco de laranja, açúcar, álcool, fumo, têxteis, calçados e carnes / frutas / legumes).

No tocante aos processos existem três ordens de problemas. No antidumping e anti-subsídios, o contencioso é a metodologia arbitrária e a tática a ser adotada contra isso seria solicitação de painel na OMC, negociação na ALCA e gestões políticas e técnicas junto aos órgãos responsáveis dos EUA. Como os prazos na OMC são mais

rígidos, a primeira ação seria solicitar a abertura de painéis neste organismo internacional, pois uma simples vitória moral em que se registrasse o quão tendenciosa tem sido a aplicação dos acordos abrandaria as negociações nas duas outras esferas (ALCA e encontros bilaterais). No SGP, o problema é tratamento discriminatório e o baixo aproveitamento. Neste caso, a via bilateral é melhor tática a se perseguir, condicionada a uma ação efetiva do nosso governo no sentido de incentivar os exportadores brasileiros a utilizarem toda a quota do SGP.

Quanto aos produtos, são observadas três ordens de problemas: tarifas, medidas não tarifárias (quota tarifária, alocação de quota injusta, subsídios, tratamento discriminatório e taxa desigual); e medidas fitossanitárias (exigências e certificações complexas e demoradas). O problema de tarifa se aplica ao suco de laranja, aos calçados e ao álcool. Para que se possa reduzir o nível das tarifas incidentes sobre estes produtos é preciso modificar lei federal, nos Estados Unidos e, para isso, a atividade de *lobby* direto sobre o Congresso se torna fundamental. No caso específico do álcool, a cobrança de uma taxa desigual poderia também ser contestada em painel da OMC.

O problema de medidas não tarifárias se aplica aos têxteis, ao açúcar e ao fumo. Os têxteis estão no âmbito do ATV da OMC, que liberalizará este comércio em 2005. Por isso, a melhor estratégia seria solicitar, no âmbito da ALCA, reduções significativamente inferiores, para facilitar o acesso de produtos nacionais a este mercado. A opção multilateral ou regional (ALCA) seria melhor também para o fumo, visto que a principal medida a distorcer esse comércio é proveniente do fato de que as grandes empresas produtoras de fumo são também grandes plantadoras desse bem, o que reduz efetivamente

qualquer chance de remoção das exigências de conteúdo local.

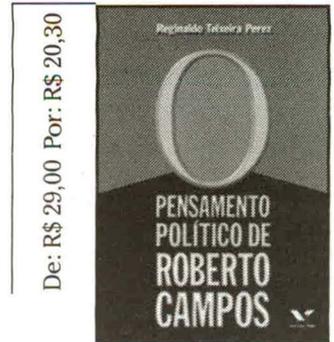
No caso do açúcar, como a redução dos subsídios à produção está condicionada a evolução do Acordo Agrícola da OMC, a melhor opção é testar o aumento da quota por via bilateral, esperando um gesto de boa vontade por parte do governo norte americano. Como tal gesto pode demorar a vir, este item deve se tornar prioritário para o governo brasileiro, na medida em que nossos dirigentes deverão mostrar à sociedade brasileira como o protecionismo dos EUA afeta diretamente a renda e o emprego em regiões atrasadas (nordeste) e desenvolvidas (São Paulo) no Brasil. Finalmente, as medidas fitossanitárias incidem sobre as carnes, legumes e frutas. Neste caso, o melhor caminho será a via bilateral, pois o atraso relativo dos produtores brasileiros enfraquece as reivindicações nacionais.

Do exposto, contata-se que os principais itens do contencioso entre Brasil e EUA podem ser enfrentados, sem que haja muitas possibilidades de retaliações por parte do novo governo norte-americano. Mas qualquer ação pró-ativa com vistas a afirmar uma estratégia para suplantar barreiras comerciais norte americanas passa, necessariamente, pelos desejos e interesses da classe empresarial brasileira. Esta, aparentemente não está interessada nessas ações. Assim sendo, perderá mais uma oportunidade de conseguir rápido acesso ao mercado norte-americano. Será preciso, infelizmente, dar tempo ao tempo para que a coalizão empresarial brasileira aprenda, definitivamente, que empresário unido jamais será vencido.

Mário Cordeiro de Carvalho Júnior é Professor da FAF/UERJ, e membro do Conselho Técnico da AEB (Associação de Comércio Exterior do Brasil).

LIVROS COM DESCONTO

A Editora FGV está oferecendo os livros abaixo, com descontos de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia – RJ. Trata-se de um convênio realizado entre uma grande Editora e um órgão de representação da categoria, com o intuito de ofertar obras com vantagens e permitir o acesso de economistas a títulos de abrangente importância para a sua formação.



De: R\$ 29,00 Por: R\$ 20,30

O pensamento político de Roberto Campos: da razão do Estado à razão do mercado: 1950-95

Reginaldo Teixeira Perez

- ▼ **CICLO DE VIDA DAS ORGANIZAÇÕES**
Eugênio Carvalhal e Geraldo Ferreira
De: R\$ 18,00 Por: R\$ 12,80
- ▼ **CORRUPÇÃO E REFORMA POLÍTICA NO BRASIL: O IMPACTO DO IMPEACHMENT DE COLLOR**
Keith S. Rosenn e Richard Downes (orgs.)
De: R\$ 33,00 Por: R\$ 23,10
- ▼ **FLEXIBILIZAÇÃO ORGANIZACIONAL: MITO OU REALIDADE?**
Fernando G. Tenório
De: R\$ 36,00 Por: R\$ 25,20
- ▼ **AS REGRAS DO JOGO: O PLANO REAL: 1997-2000**
Jorge Vianna Monteiro
De: R\$ 29,00 Por: R\$ 20,30
- ▼ **CUSTOS — UM ENFOQUE ADMINISTRATIVO — VOL. I**
George G. Leone
De: R\$ 41,00 Por: R\$ 28,70
- ▼ **ELEMENTOS DE MATEMÁTICA FINANCEIRA**
Luiz A. F. Cavalheiro
De: R\$ 23,00 Por: R\$ 16,10
- ▼ **MANUAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO — VOL. I**
C. Machline e outros
De: R\$ 48,00 Por: R\$ 33,60
- ▼ **CONTABILIDADE FINANCEIRA PARA EXECUTIVOS**
Alvaro G. Oliveira
De: R\$ 39,00 Por: R\$ 27,30
- ▼ **ANÁLISE CONTÁBIL — ANÁLISE DE BALANÇOS**
Américo M. Florentino
De: R\$ 21,00 Por: R\$ 14,70

Os interessados devem ligar para a Biblioteca Eginardo Pires, no Corecon/RJ.

Horário de funcionamento:
De Segunda a Sexta das 13 às 17h.
Telefone: (0xx21) 232-8178.

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

Na página deste mês, fizemos um histórico dos remanejamentos dos últimos cinco anos. Veja ainda como ficou a margem de remanejamento após a votação do orçamento para 2001.

COMO SE DESFIGURA O ORÇAMENTO !

A discussão do orçamento se faz fundamental para o entendimento das políticas públicas optadas pelos governantes. Para o Fórum Popular do Orçamento do Rio, a lei orçamentária deve ser expressão monetária do planejamento governamental, um planejamento eficiente, que busca efetivamente programar ações para serem executadas dentro de um valor calculado, fixado. A lei orçamentária permite que o prefeito possa remanejar dotações de determinados programas para outros. Esse poder é concedido com objetivo de "ajustar" o orçamento no caso de "necessidades". Concordamos que todo tipo de previsão requer capacidade de ajustamento para correção e adaptação frente a uma realidade mutável.

Através da análise do orçamento público carioca, observamos que este poder de ajustamento do orçamento vem sendo usado de forma a modificar significativamente o orçamento. Para tanto, estamos aqui analisando os dados de remanejamento dos anos de 1995 a 2000, trazendo ainda a proposta de margem de remanejamento para 2001.

Conforme já foi detalhado nesta página, a lei orçamentária, normalmente, concede prévia autorização ao Executivo de alteração do orçamento dentro de uma determinada margem percentual em relação a previsão total do orçamento para o exercício financeiro (chamados remanejamentos). Além disso, o Executivo ainda pode solicitar alteração no orçamento, ao Legislativo, que não contará na margem concedida. A atual lei também enumera determinadas alterações que não devem ser consideradas dentro da margem estipulada. São elas:

- Alterações dentro do grupo de despesa - Gastos com Pessoal e Encargos Sociais.
- Se for para atender pagamento de despesas de precatórios, amortização e juros da dívida.
- Para despesas financiadas com recursos vinculados à operações de crédito, convênios e royalties do petróleo.
- Despesas de custeio e de capital dentro das funções de saúde e saneamento, merenda escolar e manutenção e desenvolvimento do ensino, entre elas.
- Quando se configurar receitas do exercício maior que as estimativas, excesso de arrecadação de Fundos Especiais e no caso de repasse do SUS.
- Para alocar recursos resultantes de variação monetária e cambial.
- Alterações de dotações dentro do mesmo grupo de despesa por projeto/atividade.

A margem de remanejamento de 1995 a 1998 foi de 20% em relação ao orçamento, de cada exercício. Em 1999 este patamar se eleva a 25% e em 2000 foi para 15%, mediante pressões exercidas por diversos setores, como o Fórum por exemplo.

A tabela mostra na linha **A** o orçamento para o respectivo ano. A linha **B** ilustra o valor que pode ser remanejado, sem contabilizar as exceções. A linha **C** totaliza os remanejamentos ocorridos (**D+E+F**). A discussão concentra-se na evolução da alteração do orçamento (linha **C**) e sua forma de ser camuflado pelas exceções (linha **E**).

A partir de 1997, as exceções saltam em comparação ao total das alterações orçamentárias. Entre 95 e 96 as exceções representavam menos de 15% deste valor (linha **C**). Em 1997, as exceções passam para 59% do total remanejado, e desde então, atingem um patamar de pelo menos 60% dos remanejamentos.

Como forma de ilustrar, utilizaremos o ano de 1999. Nesse exercício, foram abertos um total de R\$ 1,636 bilhões de créditos adicionais alterando o orçamento, isto representa 37% da despesa orçada para o ano, ou 34% da despesa autorizada final.

Apesar do alto valor de abertura de créditos adicionais, "apenas" R\$ 338 milhões entraram no cálculo da margem de remanejamento representando. Então apenas 21% dos créditos abertos, ou 8% da despesa orçada, ou 7% da despesa autorizada, sendo assim bem distante do limite de 20% da lei. Isto ocorre porque R\$ 1 bilhão destes créditos não entraram neste cálculo, pois são considerados exceções, baseado no art. 9º daquela lei orçamentária. Desta forma, 23% do orçamento previsto foi remanejado como uma exceção.

Neste ano (2000), até o momento, o orçamento já foi alterado em mais de R\$ 1 bilhão, o que corresponderia a 21,8% do orçamento inicial. Porém, em audiência pública do dia 05/12 no plenário da Câmara, a Secretária de Fazenda afirmou que apenas 7,5% do orçamento sofreram remanejamentos e que o limite nunca foi totalmente utilizado mas "a gente manda (uma proposta muito alta), (...) até para permitir que a negociação seja bastante ampla". Ou seja, com um enorme rol de exceções, uma ínfima parte foi contabilizada.

Considerando que o município tem "custos fixos", que representam de 70% a 75% dos gastos totais, além do pagamento da dívida, que vindo sendo priorizado pela prefeitura, a parcela que "sobra" para a discussão na determinação das implantação de políticas necessárias à extensão e à melhoria do serviço público no orçamento pode ser remanejada e realocada da forma que o Executivo quiser.

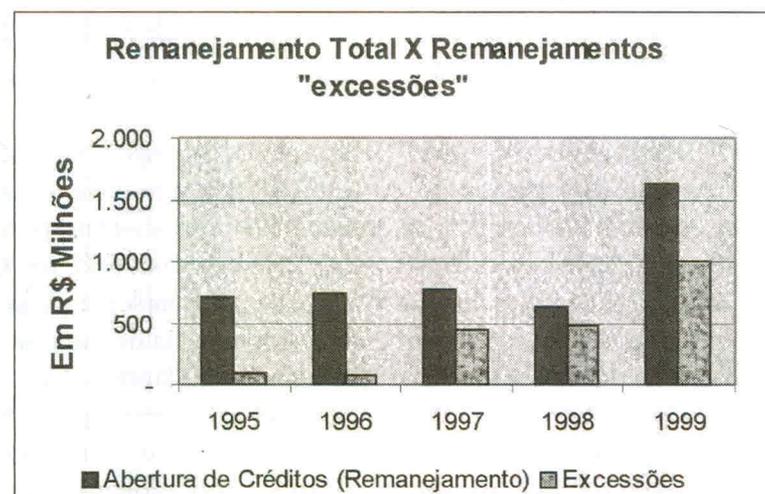
Através da evolução desses dados de remanejamentos podemos confirmar que a exceção vem se tornando regra na execução do orçamento. De maneira que este poder de ajustamento do orçamento vem sendo usado de forma a distorcer as prioridades elencadas no orçamento. Com isso durante o ano, o Poder Executivo carioca reorienta o orçamento. Sendo assim, no final do exercício vemos que a execução orçamentária é um tanto díspare do orçamento. Isso

nos leva a concluir que esta importante peça para a discussão das políticas públicas na cidade vem sendo executada com a falta de um real planejamento e transparência.

No dia 20 de dezembro foi votado o orçamento municipal para o ano de 2001. A margem de remanejamento solicitada a princípio era de 25% (que significa R\$ 1,4 bilhões) em relação ao orçamento, além das exceções. Esta margem foi aprovada devido a conjuntura política que se configurou. Desta forma, o orçamento poderá mais vezes ser desfigurado e deixando de ser a expressão monetária de um planejamento administrativo governamental eficiente.

* Todos os valores são aproximações.

	Remanejamentos				
	1995	1996	1997	1998	1999
A - Orçamento	2.884.025.524	4.035.435.972	3.463.995.098	4.122.163.507	4.391.893.405
B - Limite de Remanejamento	576.805.705	807.087.194	692.799.019	824.432.701	1.097.973.351
C - (+) Créditos Adicionais	706.980.512	735.776.434	766.901.385	634.508.184	1.636.918.310
D - Remanejamentos considerados	544.509.992	663.818.787	316.411.186	163.578.537	338.891.503
E - Excessões	92.428.520	71.957.646	448.791.199	470.919.647	1.003.633.678
F - Baseado em leis específicas	70.042.000	-	12.963.563	10.000	294.393.129
(-) Cancelamentos	(490.571.535)	(307.404.884)	(692.536.295)	(534.578.273)	(1.280.149.156)
Total	3.100.434.501	4.463.807.521	3.538.360.187	4.222.093.418	4.748.662.560



AGRADECIMENTO

Esta é a última edição do **Jornal dos Economistas** sob o comando do diretor responsável Luiz Antônio Elias. Ele está saindo da direção do jornal em busca de novos desafios. Durante sua gestão, Elias convidou o Fórum a participar do jornal, logo em seguida, conquistamos nossa página mensal.

Desta forma, nesse momento de despedida cabe expressar nossos sinceros agradecimentos e reconhecer a importância daquela iniciativa para o crescimento e desenvolvimento do nosso Fórum. Obrigado.

FIM DO RECESSO

Com o fim das festas de fim de ano e a posse do novo prefeito, o Fórum prepara-se para retomar suas atividades. A partir do dia 08 de janeiro, estaremos a todo vapor empenhados em continuar nosso acompanhamento do orçamento público. Nossas reuniões ordinárias recomeçarão dia 11/01. Até lá!

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

Rio de Janeiro

As matérias publicadas nesta página são de autoria das estagiárias Mirelli Malaguti, Mayra Jurua e Fernanda M. Jones Náder, sob supervisão de Luiz Mário Behnken.

Se você quiser participar e emitir sua opinião sobre o Orçamento carioca, as reuniões do **Fórum Popular do Orçamento** acontecem sempre às quintas-feiras, às 18 horas no Corecon. Estas reuniões são abertas à participação de qualquer cidadão. Para novas e outras informações e envio de críticas/sugestões para esta coluna:

CORECON: Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro, RJ
CEP 20054-900 - Tel. (21) 232-8178 - Fax (21) 509-8121

E-mail: fporj@bol.com.br

Home page: <http://www.economistas.com.br>

Lista de discussão do Fórum: forumrio@rits.com.br

ABRE ASPAS



METRÓPOLES – O Rio de todos os Brasis (Uma reflexão em busca da auto-estima) – Autor: Carlos Lessa, Editora Record/2000. “A saga do Rio de Janeiro do século XX pode ser recuperada em três momentos: a Paris dos Trópicos, na entrada do século; o Paraíso Tropical, em meados do século; e a Miami da América do Sul, ao fim do século. O olhar orgulhoso e confiante foi sucedido pelo olhar satisfeito e complacente e deu lugar ao olhar acanhado e fugidio. O Rio trafega para a pós-modernidade, sujeito aos efeitos e influências da globalização, e a perplexidade inunda o seu olhar. Da construção do mito Rio chega-se à sua destruição, (...) O orgulho ingênuo do carioca, após ter vivenciado a sensação de decadência e dissolução, será reconstruído em outras bases, descartando hipocrisias tradicionais. O Rio, sem a liderança industrial e financeira e sem ser a sede do poder, dispersará alguns ‘recortes’ ideológicos. O povo do Rio está em movimento restaurando a sua auto-estima”.

TEMPORALIDADE DA RIQUEZA: Teoria da dinâmica e financeirização do capitalismo. Coleção Teses do Instituto de Economia da UNICAMP/2000 – Autor: José Carlos de Souza Braga. O livro suscita novas questões acerca da dinâmica capitalista, sem pretender, no entanto, apresentar um “modelo” de flutuações cíclicas ou de trajetórias possíveis a longo prazo, na tese o autor enfrenta os arriscados labirintos da interminável discussão epistemológica e metodológica em que se empenham os economistas. Esta obra faz parte de um conjunto de teses que foram defendidas a partir do início dos anos 80, com o objetivo de divulgar da maneira mais ampla possível a produção intelectual do IE/UNICAMP. Trata-se da publicação de trabalhos que se originaram de projetos de investigação individual realizados por professores da instituição e apresentados como tese de Doutorado e Livre-docência. Informações Adicionais: (19) 788-5708 - E-mail: public@eco.unicamp.br



O BRASIL NA CONTRAMÃO – Reflexões sobre o Plano Real, política econômica e globalização, de Antônio Corrêa de Lacerda – Editora Saraiva/2000 – 168 páginas R\$ 26,00. O livro é uma coletânea dos principais artigos assinados pelo autor, publicados pela imprensa nacional nos últimos anos. De grande repercussão na época, os textos selecionados anteciparam tendências – p/ex., o caso dos desdobramentos de políticas econômicas, como câmbio e juros – e incentivaram o debate sobre temas como: “a nova economia”, volatilidade dos mercados, expansão do fluxo de investimentos diretos estrangeiros e do comércio mundial, avanço da tecnologia, a inserção do Brasil no novo cenário global, a experiência do Plano Real e a euforia dos primeiros resultados do programa, valorização cambial e taxas de juros, políticas econômicas, estabilização versus crescimento, custo Brasil, competitividade externa e interna, abertura econômica, privatização, regulamentação, reformas e desenvolvimento versus distribuição de renda. Informações adicionais: (11) 3613-3334 ou 3613-3357/E-mail: vzanocco@editorasaraiva.com.br



ECONOMIA MONETÁRIA E FINANCEIRA – Teoria e política – Autores: Fernando J. Cardim de Carvalho, Francisco Eduardo Pires de Souza, João Sicsú, Luiz Fernando Rodrigues de Paula e Rogério Studart - Editora Campus/2000. A principal inovação deste livro é a apresentação da teoria monetária como parte da teoria financeira e da acumulação de capital. Tradicionalmente, questões monetárias tem sido abordadas do ponto de vista da gestão financeira do governo, vendo-se na emissão de moeda uma alternativa de financiamento das despesas do setor público. Na visão dos autores deste livro, nas modernas economias capitalistas, questões monetárias são importantes principalmente porque afetam as escolhas privadas de poupança e investimento, influenciando diretamente as oportunidades de aplicação financeira abertas ao público e as condições de operação dos sistemas financeiros. Por outro lado, a partir da década de 1990 tornou-se cada vez mais relevante a consideração de que mercados monetários e financeiros, na verdade, globalizam-se muito mais rapidamente que qualquer outro setor. Privilegiar a integração de temas monetários com questões da área financeira e dar especial ênfase à operação destes mercados em economias abertas tornam este livro particularmente útil para o estudo da economia do século XXI. O livro se aplica, sobretudo, para graduação em Cursos de Economia Monetária I e II como, também aos Cursos opcionais de Sistemas e Mercados Financeiros e de Teoria Financeira. Informações Adicionais: www.campus.com.br



BRASIL Século XXI: Uma Alternativa ao Modelo Neoliberal, de João Paulo de Almeida Magalhães – Editora Paz e Terra/2000. O autor questiona o modelo neoliberal adotado no país, define a nova linha de política econômica que confere prioridade ao crescimento para fora, complementado por política de mercado interno, são apresentadas, também, propostas específicas para ações referentes a concentração de renda, desenvolvimento regional, integração econômica e política monetária. João Paulo discute cada uma destas propostas, afirma que existe alternativas e demonstra isso de forma clara e objetiva, ao contrário do que dizem os porta-vozes do governo. O autor é doutor em ciências econômicas pela Universidade de Paris. Na sua carreira acadêmica conquistou, sucessivamente, os títulos de livre docente pela USP, professor titular da UFRJ e da UERJ. Informações adicionais: (11) 223-6522 – E-mail: buffolo@pazeterra.com.br

CONVÊNIO

A EDITORA PAZE TERRA está oferecendo os livros abaixo, com descontos de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia-RJ. Trata-se de um convênio realizado entre uma grande editora e um órgão de representação da categoria, com o intuito de ofertar obras com vantagens e permitir o acesso de economistas e títulos de abrangente importância para a nossa formação. Entre em contato com o Corecon-RJ (Biblioteca) para aproveitar os descontos oferecidos por uma editora nascida da resistência democrática que há 33 anos trabalha em defesa da liberdade, do pensamento e do direito ao diálogo.

Capitalismo global, Celso Furtado.
Preço com desconto: R\$ 8,40.

Globalização e desnacionalização, Reinaldo Gonçalves.
Preço com desconto: R\$ 16,80.

3º Setor: desenvolvimento social sustentado, Ruth Cardoso.
Preço com desconto: R\$ 15,05.

A construção do Terceiro Mundo – Teorias do Subdesenvolvimento no Brasil e na Romênia, 643p., Joseph Love.
Preço com desconto: R\$ 29,05.

Os fluxos financeiros na América Latina – um Desafio ao Progresso, 284p., Ricardo Ffrench-Davis e Stephany Griffith-Jones (organiz.).
Preço com desconto: R\$ 19,95.

O Que é Globalização.
Preço com desconto: R\$ 21,00.

Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico, Celso Furtado.
Preço com desconto: R\$ 20,30.

Oferta de Moeda na Macroeconomia, Demian Fiocca.
Preço com desconto: R\$ 14,70.

ABC da Dívida Externa, Celso Furtado.
Preço com desconto: R\$ 9,10.

O Longo Amanhecer.
Preço com desconto: R\$ 9,80.

América Latina – Entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria, 314p., Leslie Bethel e Ian Roxborough (organizadores).
Preço com desconto: R\$ 20,30.

Dialética Marxista, Dialética Hegeliana – a Produção Capitalista como Circulação Simples, 192p., Ruy Fausto.
Preço com desconto: R\$ 16,10.

EVENTO

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL – Um outro mundo é possível

25 a 30 de janeiro de 2001
Porto Alegre – Rio Grande do Sul
Centro de Eventos da PUC

O Fórum Social Mundial ocorre em Porto Alegre de 25 a 30 de janeiro de 2001. A cidade foi escolhida por ser a capital do Rio Grande do Sul, estado da participação popular. Localizada ao sul da América, a região é hoje referência mundial na resistência ao neoliberalismo e pela implementação de um modelo de gestão pública, democrática e popular.

Este grande encontro de lideranças e personalidades do mundo inteiro criará um novo espaço internacional para a reflexão e a organização de todos os que se contrapõem às políticas neoliberais globalizantes e estão construindo alternativas para priorizar o desenvolvimento humano e a superação da dominação dos mercados em cada país e nas relações internacionais.

O Fórum Social Mundial será realizado todos os anos, a partir de 2001, simultaneamente ao Fórum Econômico Mundial, que ocorre em Davos, Suíça, sempre no final de janeiro.

O espaço criado pelo Fórum Social Mundial estará voltado para a formulação de alternativas, para a troca de experiências e para a construção de articulações entre ONGs (Organizações Não Governamentais), movimentos sociais, sindicatos, associações e entidades religiosas, em cada país e em nível continental e mundial.

Um novo mundo é possível. Vamos começar a construí-lo juntos!

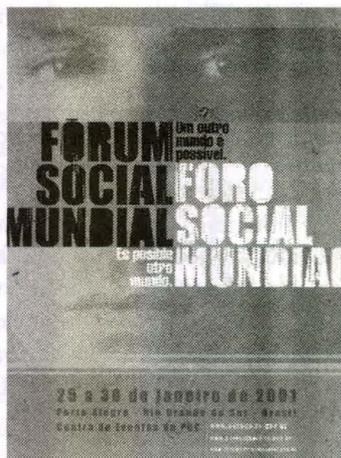
PROGRAMAÇÃO

MANHÃ

Durante os cinco dias do evento acontecem conferências exclusivas para delegados de todos os continentes, baseadas em quatro temas. Um dos debates será transmitido à população pela Internet em tempo real e por telão no Auditório Araújo Vianna, no Parque Farroupilha (Redenção)

Temas em Debate:

A Produção de Riquezas e a Reprodução Social
O Acesso às Riquezas e a Sustentabilidade
Afirmação da Sociedade Civil e dos Espaços Públicos
Poder Político e Ética na Nova Sociedade



TARDE

Circuito Político-Cultural

Cerca de 400 eventos ocorrem durante os cinco dias do fórum com acesso livre para todos. Entre os eventos, estão oficinas promovidas por ONGs, discutindo assuntos como transgênicos, direitos do trabalhador, participação popular, políticas de gênero e tantos outros temas. Além das conferências na PUC e das oficinas, estão previstos o Fórum Parlamentar, o Fórum de Governantes, Acampamento da Juventude, Acampamento Indígena e o Encontro Campesino.

NOITE

Festa dos Povos

O Fórum Social Mundial apresenta uma programação de espetáculos com artistas de várias partes do mundo, celebrando a união dos povos contra a tese do pensamento único. A entrada é franca.

- 25/01 – Vitor Ramil (Brasil) - Leonardo Ribeiro (Brasil) – Manu Chao (França)
26/01 – Nação Zumbi e Nando Reis (Brasil)
27/01 – Beth Carvalho, Leci Brandão e Escolas de Samba (Brasil)
28/01 – Nei Lisboa e Lobão (Brasil)
29/01 – Paulinho da Viola, Velha Guarda da Portela (Brasil) e muitas outras atrações a confirmar!

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES

A Coordenação do FSM estará sediada no Centro de Eventos da PUC/RS – Av. Ipiranga, 6681
www.estado.rs.gov.br
www.portoalegre.rs.gov.br
www.forumsocialmundial.org.br

REALIZAÇÃO: Fórum Social Mundial

PATROCÍNIO: Banrisul • CEEE

APOIO: Prefeitura de Porto Alegre • Governo do Rio Grande do Sul

JORNAL DOS ECONOMISTAS RJ

CORECON-RJ – SINDECON-RJ – IERJ

PORTE PAGO
DR/RJ
PRT 0735/2000



IMPRESSO

Entregue aos Correios até 19.01.2001